

Prova objetiva e discursiva – Nível Superior

Analista Judiciário - Área de Apoio Especializado - Especialidade - Serviço Social

TIPO 1 – BRANCA

Informações Gerais

- Você receberá do fiscal de sala:
 - este caderno de prova, contendo 70 questões objetivas, o tema de redação;
 - uma folha destinada às respostas das questões objetivas;
 - um caderno de respostas destinado à redação.
- Verifique se seu caderno está completo, sem repetição ou falhas, com cinco alternativas de resposta (A, B, C, D e E) para cada questão objetiva. Caso contrário, notifique imediatamente o fiscal de sala para que sejam tomadas as devidas providências.
- As questões são identificadas pelo número situado acima do seu enunciado.
- Ao receber a folha de respostas da prova objetiva você deve:
 - conferir seus dados pessoais, em especial seu nome, número de inscrição e o número do documento de identidade.
 - ler atentamente as instruções para o preenchimento da folha de respostas;
 - marcar na folha de respostas da prova objetiva o campo relativo à confirmação do tipo/cor de prova, conforme o caderno que você recebeu;
 - assinar seu nome, apenas nos espaços reservados, com caneta esferográfica de tinta azul ou preta.
- Durante a aplicação da prova não será permitido:
 - qualquer tipo de comunicação entre os candidatos;
 - levantar da cadeira sem a devida autorização do fiscal de sala;
 - será eliminado do concurso o candidato que, durante a realização da prova, for surpreendido portando aparelhos eletrônicos, tais como *iPod*, *smartphone*, telefone celular, agenda eletrônica, aparelho MP3, *notebook*, *tablet*, *palmtop*, *pendrive*, receptor, gravador, máquina de calcular, máquina fotográfica, controle de alarme de carro etc., bem como relógio de qualquer espécie, óculos escuros ou quaisquer acessórios de chapelaria, tais como chapéu, boné, gorro etc., e, ainda, lápis, lapiseira (grafite), corretor líquido e/ou borracha. O candidato que estiver portando algo definido ou similar ao disposto neste subitem deverá informar ao fiscal da sala, que determinará o seu recolhimento em embalagens não reutilizáveis fornecidas pelos fiscais, as quais deverão permanecer lacradas durante todo o período da prova, sob a guarda do candidato.
- O preenchimento das respostas da prova objetiva, de inteira responsabilidade do candidato, deverá ser feito com caneta esferográfica de tinta indelével de cor preta ou azul. **Não será permitida a troca da folha de respostas por erro do candidato.**
- O tempo disponível para a realização da prova é de **5 (cinco)** horas, já incluído o tempo para a marcação da folha de respostas da prova objetiva.
- Reserve tempo suficiente para o preenchimento de suas respostas. Para fins de avaliação, serão levadas em consideração apenas as marcações realizadas na folha de respostas da prova objetiva, não sendo permitido anotar informações relativas às suas respostas em qualquer outro meio que não seja o próprio caderno de provas.
- Somente após decorridos **noventa minutos** do início da prova você poderá retirar-se da sala de prova sem, contudo, levar o caderno de provas.
- Somente no decorrer dos últimos **sessenta minutos** do período da prova, você poderá retirar-se da sala levando o caderno de provas.
- Ao terminar a prova, entregue a folha de respostas ao fiscal da sala e deixe o local de prova. Caso você se negue a entregar, será eliminado do concurso.
- A FGV realizará a coleta da impressão digital dos candidatos na folha de respostas.
- Os candidatos poderão ser submetidos a sistema de detecção de metais quando do ingresso e da saída de sanitários durante a realização das provas. Ao sair da sala, ao término da prova, o candidato não poderá usar o sanitário.
- Os gabaritos preliminares das provas objetivas serão divulgados no dia **27/01/2015**, no endereço www.fgv.br/fgvprojetos/concursos/tjba.
- O prazo para interposição de recursos contra os gabaritos preliminares será de 0h do dia **28/01/2015** até as 23h59 do dia **29/01/2015**, observado o horário oficial, no endereço eletrônico www.fgv.br/fgvprojetos/concursos/tjba, por meio do Sistema Eletrônico de Interposição de Recurso.

Língua Portuguesa

Texto 1 – “A história está repleta de erros memoráveis. Muitos foram cometidos por pessoas bem-intencionadas que simplesmente tomaram decisões equivocadas e acabaram sendo responsáveis por grandes tragédias. Outros, gerados por indivíduos motivados por ganância e poder, resultaram de escolhas egoístas e provocaram catástrofes igualmente terríveis.” (*As piores decisões da história*, Stephen Weir)

1

A primeira frase do texto 1, no desenvolvimento desse texto, desempenha o seguinte papel:

- (A) aborda o tema de “erros memoráveis”, que são enumerados nos períodos seguintes;
- (B) introduz um assunto, que é subdividido no restante do texto;
- (C) mostra a causa de algo cujas consequências são indicadas a seguir;
- (D) denuncia a história como uma sequência de erros cometidos por razões explicitadas a seguir;
- (E) faz uma afirmação que é comprovada pelas exemplificações seguintes.

2

As palavras “tragédias” e “catástrofes” foram empregadas no texto 1 para:

- (A) repetir a mesma ideia contida em “erros memoráveis”;
- (B) construir a coesão textual entre os períodos;
- (C) dimensionar a gravidade dos erros cometidos;
- (D) intensificar a razão humana que conduz a erros;
- (E) mostrar a visão parcial de um dos lados dos fatos históricos.

3

Os dois últimos períodos do texto 1 mostram um paralelismo semântico ou sintático, que só NÃO se realiza no seguinte par de termos:

- (A) muitos / outros;
- (B) foram cometidos / gerados;
- (C) pessoas bem-intencionadas / indivíduos motivados por ganância e poder;
- (D) tomaram decisões equivocadas / provocaram catástrofes;
- (E) grandes tragédias / catástrofes igualmente terríveis.

4

O texto 1 mostra seguidamente a participação do enunciador no assunto veiculado; o segmento em que essa participação está exemplificada de forma inadequada é:

- (A) seleção de adjetivos subjetivos: “grandes tragédias”;
- (B) dúvida tendenciosa: “motivados por ganância e poder”;
- (C) opinião particular: “pessoas bem-intencionadas”;
- (D) parcialidade no julgamento: “catástrofes terríveis”;
- (E) análise pessoal: “escolhas egoístas”.

5

No texto 1, a palavra “bem-intencionada” aparece grafada com hífen; o Novo Acordo Ortográfico diz que “Nas palavras em que o primeiro elemento é *bem-*, a regra geral é o emprego do hífen, não importando se o segundo elemento começa por vogal ou consoante”. Sobre esse caso, a afirmação correta é:

- (A) a palavra foi mal grafada, pois deve ser escrita sem hífen;
- (B) a palavra foi bem grafada já que se trata da junção de um advérbio de modo + adjetivo;
- (C) a palavra foi bem grafada, pois se trata de um adjetivo composto com um elemento de valor prefixal;
- (D) a palavra foi mal grafada, visto que não se trata de um vocábulo, mas de dois;
- (E) a palavra foi bem grafada, pois houve mudanças nesse emprego, com as novas regras.

Texto 2 - “A saga do rapto de Helena e a subsequente Guerra de Troia continuam sendo um dos melhores exemplos dos perigos da luxúria. No todo, a história sugere quão imprudente é para um hóspede na casa de um homem levar consigo, ao partir, a esposa do anfitrião. Acrescentamos a esse erro crasso a dupla idiotice da raiva e da inveja, agravadas quando o marido abandonado, Menelau, insistiu nos direitos de um velho tratado e arrastou todo o seu reino e os dos vizinhos em missão de vingança. Muitos deles demoraram quase vinte anos na guerra e no retorno, para não falar na maioria que morreu, deixando os lares e as famílias no desamparo e na ruína – mal sobrevivendo, sugerem os registros, a assédios diversos e a desastres naturais.” (*Menelau e a esposa perdida*, Stephen Weir)

6

O erro histórico aludido nesse texto 2 inclui um conjunto de defeitos humanos; aquele que está caracterizado de forma imperfeita, por NÃO fazer parte do texto, é:

- (A) a imprudência do hóspede, que sequestrou a mulher de Menelau;
- (B) o espírito de vingança de Menelau, que arrastou os reinos gregos para a Guerra de Troia;
- (C) a irresponsabilidade de alguns heróis, que deixaram suas famílias ao desamparo;
- (D) a raiva e a inveja do marido traído, que provocou o conflito entre gregos e troianos;
- (E) a beleza de Helena, que seduziu o hóspede do marido.

7

“A saga do rapto de Helena e a subsequente Guerra de Troia continuam sendo um dos melhores exemplos dos perigos da luxúria.”

Sobre os componentes desse segmento do texto 2, a afirmação correta é:

- (A) os termos “de Helena” e “de Troia” desempenham a mesma função sintática;
- (B) a saga do rapto de Helena e a Guerra de Troia são acontecimentos sucessivos, sendo o segundo causa do primeiro;
- (C) o verbo “continuar” é um verbo de ligação, expressando mudança de estado;
- (D) a Guerra de Troia, segundo o texto, é o exemplo mais importante dos problemas trazidos pela luxúria;
- (E) na expressão “perigos da luxúria”, o termo “da luxúria” representa a causa dos “perigos” aludidos.

8

No texto 2, os elementos sublinhados se referem a termos anteriores; a correspondência identificada corretamente é:

- (A) consigo / um hóspede;
- (B) esse erro / a imprudência de Helena;
- (C) seu / do hóspede;
- (D) os / os erros;
- (E) que / muitos deles.

Texto 3 - Sobre esse acontecimento referido no texto 2, o historiador grego Heródoto disse o seguinte: “Até então, não houvera de uma parte e de outra mais do que raptos; depois do acontecido, porém, os Gregos, julgando-se ofendidos em sua honra, fizeram guerra à Ásia, antes que os asiáticos a declarassem à Europa. Ora, conquanto lícito não seja raptar mulheres, dizem os Persas, é loucura vingar-se de um rapto. Manda o bom senso não fazer caso disso, pois sem o próprio consentimento delas decerto não teriam as mulheres sido raptadas.” (Heródoto, *História*).

9

No texto 3, Heródoto relativizou o ocorrido, por meio da seguinte estratégia:

- (A) retirando importância de uma declaração de guerra;
- (B) mostrando os raptos como acontecimentos aceitáveis;
- (C) indicando a colaboração de Helena no próprio rapto;
- (D) revelando a licitude do ato de raptar mulheres;
- (E) demonstrando que a vingança não é fruto do bom-senso.

10

No texto 3 há uma série de marcas que indicam antiguidade; entre elas, a que formalmente mostra uma variação antiga é:

- (A) a referência a fatos antigos da história grega;
- (B) a utilização constante da forma simples do mais-que-perfeito;
- (C) uso de termos raros como “conquanto”;
- (D) a repetida inversão de ordem sintática;
- (E) o emprego da voz passiva.

11

A forma verbal “houvera”, no texto 3, corresponde à forma simples do mais-que-perfeito do indicativo do verbo haver; as formas compostas equivalentes a essa forma simples são:

- (A) era havido / tinha havido;
- (B) tinha havido / havia havido;
- (C) havia havido / seja havido;
- (D) seja havido / tinha sido havido;
- (E) tinha sido havido / era havido.

12

“conquanto lícito não seja raptar mulheres”; a forma dessa frase que modifica o seu sentido original é:

- (A) ainda que lícito não seja raptar mulheres;
- (B) apesar de lícito não ser raptar mulheres;
- (C) mesmo que lícito não seja raptar mulheres;
- (D) malgrado lícito não seja raptar mulheres;
- (E) se lícito não é raptar mulheres.

13

“julgando-se ofendidos em sua honra”; essa frase do texto 3 poderia estar corretamente expressa numa oração desenvolvida por:

- (A) após se julgarem ofendidos em sua honra;
- (B) quando se julgaram ofendidos em sua honra;
- (C) caso se tenham julgado ofendidos em sua honra;
- (D) dado que se julgaram ofendidos em sua honra;
- (E) por se julgarem ofendidos em sua honra.

Texto 4 – “O caminho para baixo era estreito e íngreme, e tanto os homens quanto os animais não sabiam onde estavam pisando, por causa da neve; todos os que saíam da trilha ou tropeçavam em algo perdiam o equilíbrio e despencavam no precipício. A esses perigos eles resistiam, pois àquela altura já se haviam acostumado a tais infortúnios, mas, por fim, chegaram a um lugar onde o caminho era estreito demais para os elefantes e até para os animais de carga. Uma avalanche anterior já havia arrastado cerca de trezentos metros da encosta, ao passo que outra, mais recente, agravava ainda mais a situação. A essa altura, os soldados mais uma vez perderam a calma e quase caíram em desespero.” (Políbio, *Histórias*).

14

Esse texto 4 fala de um outro erro histórico, cometido por Aníbal, general de Cartago, que pretendeu chegar a Roma atravessando os Alpes durante o inverno.

Entre as razões abaixo, aquela que NÃO deve ser vista como causa dos problemas enfrentados pelo exército de Aníbal é:

- (A) a estreiteza do caminho nas montanhas;
- (B) a não identificação do traçado dos caminhos;
- (C) a grande altura por que passavam as tropas;
- (D) a existência comum de avalanches;
- (E) o nervosismo e o desespero dos soldados.

15

“pois àquela altura já se haviam acostumado a tais infortúnios”; O termo “àquela altura” se refere:

- (A) ao momento por que passavam;
- (B) à altitude das montanhas;
- (C) à dimensão dos caminhos;
- (D) ao modo por que atravessavam os caminhos;
- (E) à consequência dos fatos anteriores.

16

“tanto os homens quanto os animais”; “todos os que saíam da trilha ou tropeçavam em algo”. Nesses dois segmentos do texto 4, os conectores tanto/quanto e ou indicam, respectivamente:

- (A) comparação e alternância;
- (B) semelhança e alternância;
- (C) adição e adição;
- (D) comparação e adição;
- (E) adição e alternância.

17

“A(1) esses perigos eles resistiam, pois àquela(2) altura já se haviam acostumado a(3) tais infortúnios, mas, por fim, chegaram a(4) um lugar onde o caminho era estreito demais para os elefantes e até para os animais de carga.”

Nesse segmento do texto 4 há quatro ocorrências numeradas da preposição A; dessas quatro ocorrências, as exigidas pela regência verbal são:

- (A) 1-2-3;
- (B) 2-3-4;
- (C) 1-2-4;
- (D) 1-3-4;
- (E) 1-2-3-4.

18

“Uma avalanche anterior já havia arrastado cerca de trezentos metros da encosta, ao passo que outra, mais recente, agravava ainda mais a situação. A essa altura, os soldados mais uma vez perderam a calma e quase caíram em desespero.”

A troca de posição de termos desse segmento que altera o sentido original é:

- (A) uma avalanche anterior / uma anterior avalanche;
- (B) já havia arrastado cerca de trezentos metros da encosta / havia arrastado da encosta cerca de trezentos metros;
- (C) agravava ainda mais a situação / agravava mais ainda a situação;
- (D) os soldados mais uma vez / os soldados uma vez mais;
- (E) quase caíram em desespero / caíram quase em desespero.

19

Duas formas verbais sucessivas do texto 4 que mostram sucessão cronológica de ações são:

- (A) sabiam / estavam pisando;
- (B) saíam / tropeçavam;
- (C) perdiam / despencavam;
- (D) resistiam / haviam acostumado;
- (E) chegaram / era.

20

“chegaram a um lugar onde o caminho era estreito”; nesse segmento do texto 4 ocorre o emprego correto do vocábulo sublinhado. A frase abaixo em que o emprego do mesmo vocábulo também mostra correção é:

- (A) Os soldados sentiram desespero pelo momento onde todos estavam.
- (B) Em função do mau tempo por onde passavam, decidiram mudar o caminho.
- (C) No final da tarde, onde as nuvens se escondiam, tudo era mais perigoso.
- (D) Na viagem, onde tudo era desconhecido, as surpresas preocupavam.
- (E) No meio da noite, onde o medo aumenta, o comandante tranquilizava a todos.

Legislação Específica**21**

Carmem, servidora pública estadual ocupante de cargo efetivo, foi aposentada por invalidez por doença psiquiátrica. Meses depois, Carmem se recuperou da enfermidade e, desejando regressar ao serviço público, ajuizou ação ordinária em face do Estado da Bahia. Durante a instrução probatória, por meio de perícia judicial que ratificou a nova conclusão de junta médica oficial, restou comprovado que Carmem se curou completamente da doença e está apta a voltar ao trabalho. De acordo com o Estatuto dos Servidores Públicos Civis do Estado da Bahia, no caso em tela:

- (A) não é cabível o retorno de Carmem ao serviço público, porque a aposentadoria por invalidez é ato irrevogável;
- (B) não é cabível o retorno de Carmem ao serviço público por determinação judicial, mas somente por vontade do próprio poder público estadual;
- (C) é cabível o retorno de Carmem ao serviço público, por meio da reintegração;
- (D) é cabível o retorno de Carmem ao serviço público, por meio da reversão;
- (E) é cabível o retorno de Carmem ao serviço público, por meio da readaptação.

22

João, servidor público civil estadual ocupante de cargo efetivo, com o objetivo de colaborar com sua irmã Maria, igualmente servidora pública estadual, que sofreu um acidente e estava impossibilitada de se locomover, atuou como seu procurador junto a determinada repartição pública estadual, para tratar de assunto relativo à percepção de remuneração e benefícios assistenciais em favor dela. Pelos fatos narrados, de acordo com a Lei Estadual nº 6.677/94 da Bahia, em matéria de sanção disciplinar, João:

- (A) não praticou falta funcional, mas está sujeito a ser advertido;
- (B) praticou falta funcional e está sujeito à pena de multa;
- (C) praticou falta funcional e está sujeito à pena de suspensão;
- (D) praticou falta funcional e está sujeito à pena de demissão;
- (E) não praticou falta funcional, porque existe autorização legal expressa para tal hipótese.

23

Em relação à licença à gestante e à adotante, o Estatuto dos Servidores Públicos Civis do Estado da Bahia estabelece que:

- (A) à servidora que adotar ou obtiver guarda judicial de criança de até 1 (um) ano de idade serão concedidos 30 (trinta) dias de licença;
- (B) pelo nascimento ou adoção de filho, o servidor terá direito à licença-paternidade de 20 (vinte) dias consecutivos;
- (C) no caso de aborto não criminoso, atestado por médico oficial, a servidora terá direito a 30 (trinta) dias de repouso;
- (D) no caso de natimorto, decorridos 5 (cinco) dias do evento, a servidora será submetida a exame médico e, se julgada apta, reassumirá o exercício;
- (E) à servidora gestante será concedida, mediante atestado médico, licença por 90 (noventa) dias consecutivos.

24

Sobre a Ouvidoria Judicial, de acordo com o Regimento dos Órgãos Auxiliares e de Apoio Técnico Administrativo da Justiça da Bahia, aprovado pela Resolução nº 05, de 27 de março de 2013, é correto afirmar que:

- (A) sua finalidade é exclusivamente receber reclamações contra servidores da Justiça e magistrados, possibilitando aos cidadãos participação no aprimoramento dos serviços jurisdicionais;
- (B) a coordenação das atividades da Ouvidoria Geral é exercida por um Juiz de Direito de entrância final, denominado Assessor Especial, indicado pela 2ª Vice-Presidência e aprovado pelo Tribunal Pleno;
- (C) é o órgão destinado a programar, coordenar e executar as políticas e articulações dos processos de comunicação social, internos e externos, de acordo com as diretrizes estabelecidas pela Presidência do Tribunal de Justiça;
- (D) é responsável por observar as normas e padrões técnicos relativos à segurança, manuseio de equipamentos de combate a incêndio e medidas de proteção contra acidentes nas instalações do Poder Judiciário;
- (E) é competente para promover a interlocução entre organismos sociais, imprensa, cidadão e Poder Judiciário, bem como tem por objetivo dar publicidade às ações do Judiciário.

25

Determinado Juiz de Direito do Tribunal de Justiça da Bahia foi denunciado criminalmente pelo Ministério Público Estadual, que lhe imputa a prática de crime comum. De acordo com o Regimento Interno do Tribunal de Justiça do Estado da Bahia, é competente para processá-lo e julgá-lo originariamente:

- (A) o Tribunal Pleno;
- (B) a Turma Criminal, escolhida por livre distribuição;
- (C) a Seção Criminal;
- (D) a Câmara Criminal, escolhida por livre distribuição;
- (E) o Juízo Criminal de primeiro grau do local do fato, escolhido por livre distribuição.

26

Consoante dispõe o Regimento Interno do Tribunal de Justiça do Estado da Bahia, compete ao Conselho da Magistratura:

- (A) organizar e publicar, anualmente, a lista de substituição dos juízes de primeiro grau;
- (B) dar instruções aos juízes, respondendo às suas consultas, sobre matéria administrativa;
- (C) publicar, até o dia 15 (quinze) do mês de janeiro de cada ano, a lista de antiguidade dos magistrados;
- (D) autorizar os servidores da Justiça a exercer comissões temporárias, a prestar serviços em outros órgãos públicos e a exercer cargos eletivos;
- (E) expedir os atos de nomeação, remoção, promoção, permuta, disponibilidade e aposentadoria dos magistrados e servidores do Poder Judiciário.

27

Em regra, dependem de preparo, consoante dispõe o Regimento Interno do Tribunal de Justiça do Estado da Bahia:

- (A) os reexames de sentença e os recursos interpostos pelo Ministério Público, pela Defensoria Pública, pela Fazenda Pública e por entidades da administração indireta, assim como as ações por eles intentadas;
- (B) os processos e recursos previstos no Estatuto da Criança e do Adolescente;
- (C) os conflitos de competência, as exceções de impedimento, de suspeição e de incompetência;
- (D) as ações diretas de inconstitucionalidade, as reclamações e os pedidos de intervenção;
- (E) os mandados de segurança, sendo que, quando indicados os litisconsortes, o preparo incluirá as cartas, inclusive as de ordem a serem expedidas.

28

De acordo com a Lei nº 10.845, de 27 de novembro de 2007, que dispõe sobre a Organização e Divisão Judiciária do Estado da Bahia, ao escrivão e ao diretor de Secretaria de Vara compete, de modo geral:

- (A) manter o edifício do fórum aberto e em condições de funcionamento, nos dias e no horário do expediente;
- (B) zelar pelo recolhimento da taxa judiciária e demais exigências fiscais;
- (C) escriturar, em livro especial, com discriminação de cada uma das Varas, a receita e a despesa dos depósitos, remetendo ao juiz competente o balanço mensal de escrituração;
- (D) fazer inventário e avaliação de bens e lavar termos de penhora;
- (E) cumprir os mandados, fazendo citações, intimações, notificações e outras diligências emanadas do juiz.

29

Consoante determina a Lei nº 10.845/2007, que dispõe sobre a Organização e Divisão Judiciária do Estado da Bahia, para o pleno desempenho de suas finalidades, ao Poder Judiciário é assegurada autonomia funcional, administrativa e financeira, que se traduz, entre outros, no seguinte atributo:

- (A) dispor de orçamento próprio, de sua iniciativa;
- (B) editar diretamente ato normativo com alteração do número de membros do Tribunal de Justiça;
- (C) sancionar lei sobre criação e extinção de cargos, inclusive de magistrados;
- (D) remeter ao Governador, para a devida nomeação e publicação na imprensa oficial, a lista dos aprovados em concurso público para ingresso na carreira da Magistratura;
- (E) editar diretamente ato normativo com alteração da organização e divisão judiciárias.

30

Em relação à pena disciplinar de demissão dos servidores da Justiça, a Lei nº 10.845/2007 (Organização e Divisão Judiciária do Estado da Bahia) estabelece que:

- (A) a prescrição ocorre em 2 (dois) anos, a partir da data em que o fato se tornou conhecido;
- (B) é aplicada ao servidor estável, em virtude de sentença judicial ou de sindicância sumária;
- (C) ocorre nos casos de falta de cumprimento dos deveres funcionais;
- (D) é aplicável em casos de reiterada negligência;
- (E) é competente para aplicá-la o Conselho da Magistratura.

31

Em matéria de adicional por serviço extraordinário, o Estatuto dos Servidores Públicos Civis do Estado da Bahia prevê que:

- (A) o serviço extraordinário será remunerado, em regra, com acréscimo de 100% (cem por cento) em relação à hora normal de trabalho;
- (B) somente será permitida a realização de serviço extraordinário para atender situações excepcionais e temporárias, respeitado o limite máximo, em regra, de 2 (duas) horas diárias;
- (C) o serviço extraordinário é aquele prestado em horário compreendido entre 22 (vinte e duas) horas de um dia e 5 (cinco) horas do dia seguinte;
- (D) fazem jus a seu recebimento os servidores que trabalham com habitualidade em locais insalubres ou em contato permanente com substâncias tóxicas ou com risco de vida;
- (E) fazem jus a seu recebimento todos os servidores contratados por tempo determinado para atender a necessidade temporária de excepcional interesse público.

32

O Regimento Interno do Tribunal de Justiça do Estado da Bahia estabelece que compete ao Desembargador Revisor:

- (A) decidir os incidentes que não dependem de acórdão e executar as diligências necessárias ao julgamento;
- (B) indeferir petições iniciais de ações da competência originária do Tribunal;
- (C) sugerir ao Relator medidas ordinatórias do processo, que tenham sido omitidas, ou surgidas após o relatório;
- (D) homologar desistências e transações, e decidir, nos casos de impugnação, o valor da causa;
- (E) processar a execução do julgado, na ação originária, podendo delegar atos não decisórios a juiz de primeiro grau.

33

A Lei nº 10.845/2007 (Organização e Divisão Judiciária do Estado da Bahia) dispõe que, para o exercício das atividades jurisdicionais, o território do Estado da Bahia constitui seção judiciária única, fracionada, contudo, para efeitos de administração da Justiça. Nesse contexto, entende-se como:

- (A) Subseção Judiciária, o agrupamento de Circunscrições Judiciárias;
- (B) Região Judiciária, o conjunto das Subseções Judiciárias;
- (C) Circunscrição Judiciária, o agrupamento de comarcas e comarcas não-instaladas, contíguas, com atuação distinta, embora integradas;
- (D) Comarca, unidade de divisão judiciária integrada jurisdicional e administrativamente a uma Vara constituída por mais de um juízo;
- (E) Vara, unidade de divisão judiciária autônoma, sede de juízo único, ou múltiplo quando desdobrada em vários juízos.

Noções de Informática

34

João está trabalhando num texto escrito em português. Porém, como há trechos que contêm longas citações em inglês, João fica incomodado pelas marcações que apontam erros de ortografia na maioria das palavras inglesas, pois o idioma do texto está definido como “Português”. Além disso, João gostaria que houvesse ajuda também para identificar e corrigir eventuais erros ortográficos nos trechos em inglês. No LibreOffice 4.2 uma solução para resolver essas dificuldades e conseguir o que João deseja é:

- (A) selecionar cada um dos trechos em inglês e desligar o corretor ortográfico para a seleção;
- (B) posicionar o cursor sobre cada um dos termos em inglês que foram marcados pelo corretor e adicioná-los ao dicionário em uso;
- (C) selecionar cada um dos trechos em inglês e alterar o idioma da seleção para “Inglês”;
- (D) reinstalar o LibreOffice no modo “personalizado” e escolher o conjunto completo de idiomas disponibilizados;
- (E) digitar os textos em inglês num arquivo separado, corrigir eventuais erros, e reuni-los novamente num único arquivo.

35

Considere duas planilhas, **LO** e **EX**, criadas respectivamente com o LibreOffice 2-4 Calc e o MS Excel 2010. O conteúdo das duas planilhas é idêntico, como descrito a seguir:

Célula	Fórmula	Valor
A1		2
A2		3
A3		5
A4		3
A5	=SOMA(A1:A4)	13

Considere que tenha sido efetuada uma sequência de comandos que removeu a terceira linha de cada planilha.

Após a execução desses comandos, o conteúdo da célula A4 em cada planilha **LO** e **EX**, respectivamente, é:

- (A) =SOMA (A1 : A3) e #VALOR!
- (B) =SOMA (A1 : A3) e =SOMA (A1 : A3)
- (C) =SOMA (A1 : A4) e =SOMA (A1 : A4)
- (D) =SOMA (A1 : A4) e =SOMA (A1 : A3)
- (E) #VALOR! e =SOMA (A1 : A3)

36

Analise as seguintes afirmativas a respeito das opções de configuração do navegador Chrome em sua versão mais recente.

I. A pasta onde os arquivos obtidos por download são gravados é necessariamente aquela que foi escolhida na página de configurações do Chrome. Para gravar um arquivo de download em outra pasta é preciso refazer essa escolha na tela de configurações.

II. Quando o Chrome é iniciado, há duas opções de inicialização: abrir a página nova guia, ou abrir uma página específica (ou conjunto de páginas). Não há opção para continuar de onde você parou na última utilização do Chrome.

III. Existe uma opção de configuração que determina se o mecanismo de preenchimento automático de formulários da Web com um clique deve ser ativado ou não.

Está correto somente o que se afirma em:

- (A) I;
- (B) I e II;
- (C) II e III;
- (D) III;
- (E) I e III.

37

O professor Eduardo pretende aplicar uma prova para seus quase sessenta alunos, mas quer espalhá-los pela sala a fim de evitar grupinhos de cola. Olhando para a planilha MS Excel, onde mantém a lista de alunos e o controle de notas da turma, Eduardo teve a ideia de imprimir cada cópia da prova de modo personalizado, com o nome do aluno estampado no cabeçalho, e distribuí-las em ordem alfabética. A prova está sendo editada por meio do LibreOffice Writer.

Para aproveitar os dados da planilha e assim evitar o trabalho de digitar cada um dos nomes no documento, o professor Eduardo deve utilizar o recurso:

- (A) Galeria;
- (B) Filtros XML;
- (C) Tabela Dinâmica;
- (D) Mala Direta;
- (E) Objeto OLE.

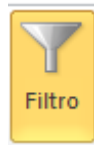
38

Depois de “copiar” (copy) um trecho de texto corrido, a operação “colar” (paste) no MS Word 2010 pode ser feita de diferentes maneiras. A opção “Colar especial.../Texto não formatado” faz com que:

- (A) o documento onde o trecho foi colado seja convertido para o tipo “Texto sem formatação (*.txt)”;
- (B) o trecho colado seja tratado como uma imagem *bitmap*;
- (C) o parágrafo onde o trecho foi colado seja formatado de acordo com o estilo “Normal”;
- (D) o trecho colado assuma a formatação correntemente aplicada ao ponto onde foi feita a colagem;
- (E) o trecho colado mantenha sua formatação original.

39

No MS Excel 2010, a guia “Dados” contém um procedimento identificado pelo ícone mostrado a seguir.



Um filtro aplicado a uma coluna X é usado para:

- (A) impedir a digitação, nas células da coluna X, de valores fora dos limites superior e inferior determinados por meio do filtro;
- (B) limitar os valores permitidos nas células da coluna X a uma lista especificada por meio do filtro;
- (C) exibir na planilha apenas as linhas que contenham, na coluna X, algum dos valores escolhidos por meio do filtro;
- (D) remover da planilha todas as linhas que não contenham, na coluna X, algum dos valores escolhidos por meio do filtro;
- (E) remover da planilha as linhas que contenham, na coluna X, valores que se repetem.

40

João vai fazer a apresentação de um relatório na sua empresa e preparou dois documentos: o primeiro é o relatório a ser projetado, já em formato PDF, de acordo com o padrão da empresa; o outro é um conjunto de anotações, gravadas num arquivo MS Word, contendo comentários que João gostaria de consultar durante a apresentação. Como a impressora onde João imprimiria suas anotações está indisponível, João precisa manter essas anotações na tela do computador, mas sem que estejam visíveis para a plateia, que deve ver na tela do projetor apenas o documento principal durante a apresentação.

No Windows 7, João pode obter uma configuração no computador que permita o que ele pretende:

- (A) abrindo o programa *Central de Sincronização*, no grupo *Acessórios*, e usando a opção *Gerenciar arquivos offline*;
- (B) abrindo o *Painel de Controle*, escolhendo *Ferramentas administrativas*, e usando a opção *Fontes de Dados*;
- (C) abrir o arquivo PDF por meio de um browser e usar o modo de visualização “lado a lado” no MS Word;
- (D) abrindo o programa *Conectar a um projetor* no grupo *Acessórios* (ou por meio de atalho), e usando a opção *Estender*;
- (E) abrindo o *Painel de Controle*, escolhendo *Gadgets da área de trabalho* (ou por meio de atalho), e usando a opção *Apresentação de Slides*.

Conhecimentos Específicos

41

A constituição do campo sociojurídico expressa o movimento histórico da sociedade. No Brasil, o Serviço Social tem sua inserção no Judiciário desde a sua gênese, introjetando as concepções teóricas presentes neste campo. Mas as transformações ocorridas nessa profissão fizeram com que, hoje, se experimente uma tensão no exercício profissional no campo sociojurídico, posto que se localiza entre duas requisições:

- (A) organizar a rotina institucional e atender demandas dos usuários;
- (B) manter a ordem social e viabilizar direitos;
- (C) estabelecer métodos e técnicas de intervenção;
- (D) atender a população e obedecer as regras institucionais;
- (E) projetar políticas sociais e gerir projetos.

42

A complexidade do campo sociojurídico, impregnada pela lógica gerencial do neoliberalismo, dota o trabalho do assistente social de um cariz completamente estranho àquele encontrado no Projeto Ético-Político do Serviço Social nas instituições desse campo. Por um lado, impregna-se do lastro conservador próprio do jurídico; e de outro, o enxugamento das políticas sociais e das condições de trabalho. Nas palavras de Borgianni (2013), o exercício profissional do assistente social passa a apresentar uma lógica que poderia ser chamada de “redução de danos”, isto é, um possibilismo que mescla dois traços evidenciados por Iamamoto (1994):

- (A) hibridismo e reducionismo;
- (B) salvacionismo e ecletismo;
- (C) positivismo e politicismo;
- (D) fatalismo e messianismo;
- (E) marxismo e pluralismo.

43

Devido a sua competência teórico-metodológica, o trabalho do assistente social é fundamental em um processo judicial. De acordo com o Código de Ética e legislação profissional, em um processo judicial, ao assistente social é vedado atuar como:

- (A) testemunha;
- (B) perito;
- (C) assessor;
- (D) consultor;
- (E) técnico judiciário.

44

O tema da assessoria/consultoria em Serviço Social ainda é muito recente. No entanto, aqueles vinculados ao projeto hegemônico da profissão entendem que a assessoria/consultoria deve ser realizada conjuntamente – assessor e assessorados. Na construção desse processo, uma das estratégias tem sido recorrer:

- (A) ao estudo situacional e à análise de conjuntura;
- (B) à análise institucional e à entrevista com a equipe assessorada;
- (C) a um cronograma de execução do projeto e a um fluxograma de atividades;
- (D) ao planejamento estratégico-situacional e à pesquisa participante;
- (E) à organização e ao projeto ético-político.

45

A supervisão é uma atribuição profissional privativa extremamente importante. Dentre outras características, ela é o momento da formação profissional no qual o estudante:

- I – vivencia a unidade entre a teoria e a prática;
- II – compreende a indissociabilidade entre trabalho e formação profissional;
- III – exerce o controle sobre as políticas e instituições sociais.

Está correto o que se afirma em:

- (A) I, II e III;
- (B) somente I e II;
- (C) somente II e III;
- (D) somente III;
- (E) somente I.

46

Dentre as formas atuais de planificação, o planejamento estratégico é aquele que vem sendo defendido no âmbito das políticas públicas porque insere:

- (A) uma delimitação entre as instituições e os movimentos sociais;
- (B) o instrumental técnico neutro;
- (C) uma hierarquização vertical de comando;
- (D) a democracia representativa;
- (E) um sentido político para a gestão pública.

47

A Constituição de 1988 representou um avanço ao ampliar os direitos da população brasileira, chamada por isso de Constituição Cidadã. Ao instituir a Seguridade Social, o principal progresso diz respeito à instituição da diretriz:

- (A) da necessidade de estabelecer critérios de elegibilidade e permanência para as políticas sociais;
- (B) das Parcerias Público-Privadas a fim de estreitar relações entre o Estado e a iniciativa privada;
- (C) da uniformidade e equivalência dos benefícios e serviços às populações urbanas e rurais;
- (D) da contributividade como requisito básico para receber benefícios e atendimentos;
- (E) dos convênios com o Terceiro Setor e com as Organizações Não Governamentais.

48

De acordo com o Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo (SINASE), as medidas socioeducativas de meio aberto são de responsabilidade dos Municípios, que devem criar e manter programas de atendimento das medidas de:

- (A) Liberdade Assistida e Prestação de Serviço à Comunidade;
- (B) Jovem Aprendiz e Primeiro Emprego;
- (C) Advertência e Educação de Jovens e Adolescentes;
- (D) Lar Substituto e Reinserção Familiar;
- (E) Abrigamento e Reparação de Dano.

49

Alguns intelectuais estão chamando de “judicialização dos conflitos sociais” o fato de que os setores mais fragilizados da sociedade começam a apelar ao Poder Judiciário a fim de fazer valer os seus direitos sociais e de cidadania, dentre outros. Esse fenômeno revela que ao mesmo tempo em que a promulgação da Constituição Federal de 1988 ampliou direitos:

- (A) a renda mínima do trabalhador experimentou uma melhora significativa;
- (B) houve a negação dos direitos conquistados nas instâncias administrativas;
- (C) a “questão social” virou objeto de enfrentamento sistemático do Estado;
- (D) o Estado ampliou o seu leque de proteção social a partir da contratação de profissionais;
- (E) o mundo do trabalho experimenta uma exponenciação em termos de postos de trabalho.

50

Dentre as concepções teórico-metodológicas presentes no Serviço Social que se espriam para o campo sociojurídico, iluminando seus instrumentos e técnicas, aquela orientada pela perspectiva positivista/funcionalista encontra respaldo nas atuais políticas neoliberais, posto que concebe a desigualdade social apresentada pelos usuários demandantes dos serviços dos assistentes sociais como:

- (A) fato natural;
- (B) contradição entre capital e trabalho;
- (C) resultado da indolência dos pobres;
- (D) fenômeno que demanda políticas universais;
- (E) inaceitável.

51

Um adolescente de 14 anos já se encontra em sua segunda passagem pelo sistema socioeducativo. Ele possui 4 irmãos e foi criado pela avó materna, sua única referência familiar. Ao ingressar na unidade de internação, o adolescente solicitou atendimento com o Serviço Social. Durante a entrevista inicial, o adolescente se revelou muito inquieto e pouco comunicativo, mas mostrou interesse em aderir à proposta da medida socioeducativa.

Considerando a competência técnico-operativa do assistente social e a Lei nº 12.594/2012, que regulamenta a execução das medidas socioeducativas destinadas a adolescente que pratique ato infracional, o instrumento de previsão, registro e gestão das atividades a serem desenvolvidas com o adolescente durante o cumprimento da medida socioeducativa é:

- (A) a ficha de acompanhamento social;
- (B) o relatório social;
- (C) o plano individual de atendimento;
- (D) o prontuário socioeducativo;
- (E) a síntese informativa.

52

Durante o plantão social em uma instituição, a equipe do Serviço Social atendeu uma senhora de 70 anos, esposa de um policial militar reformado de 82 anos. Essa senhora procurou o Serviço Social após a orientação e o encaminhamento da Corregedoria da referida instituição. No encaminhamento havia a indicação de acompanhamento social e psicológico pela equipe da Divisão de Assistência Social para a restauração da harmonia familiar.

No decorrer da entrevista, a senhora relatou que era constantemente insultada pelo marido, e, às vezes, difamada e humilhada por ele. Acrescentou que esse fato tem sido recorrente, e, como consequência, sente que a sua autoestima vem diminuindo. Pelo fato de ambos serem idosos, a equipe do Serviço Social encaminhou o caso ao Ministério Público. Contudo, com base na Lei nº 11.340/2006 – Lei Maria da Penha –, a equipe também poderia ter acionado a rede de proteção à mulher, em especial pelo relato apresentar demandas relacionadas à situação de:

- (A) abandono;
- (B) maus tratos;
- (C) vulnerabilidade socioeconômica;
- (D) violência psicológica;
- (E) violência emocional.

53

Usuária de 25 anos, em situação de rua com uma filha de dois anos, procurou o Serviço Social porque, segundo ela, foi “ameaçada” por pessoas na rua de ser denunciada ao Conselho Tutelar e perder a guarda da criança.

Questionada sobre a existência de vínculos familiares, informa que morou na casa de sua irmã, mas o relacionamento entre ambas não era bom. Disse que já ficou abrigada em instituição para mulheres em situação de rua, mas evadiu.

Feito contato, a irmã da usuária compareceu à instituição. Em atendimento social, esclareceu que nunca negou ajuda à usuária, mas sua própria família já é bastante numerosa, totalizando oito pessoas em uma casa de quatro cômodos. Acrescentou que inexistia conflito entre ela e a irmã e que já a ajudou em situações semelhantes. Preocupa-se com a sobrinha, pois já presenciou a irmã espancando-a. Prontificou-se a ficar com a criança até a situação de sua irmã se estabilizar. Mas a usuária não concordou em deixar sua filha com a irmã.

Além da tentativa de restabelecimento do vínculo entre as irmãs para retirar a criança da situação de rua, e de refletir com a usuária sobre a situação em que ela estava colocando sua filha, a conduta do assistente social deve ser:

- (A) convocar a tia da criança, orientando-a a denunciar a irmã ao Conselho Tutelar e requerer sua guarda junto ao Ministério Público;
- (B) notificar a Vara da Infância e da Juventude sobre a agressão, solicitando o abrigamento da criança e a perda do poder familiar da usuária;
- (C) encaminhar a usuária ao CRAS com um relatório social sobre a situação e enviar Ficha de Notificação Compulsória ao Conselho Tutelar;
- (D) requerer junto à Direção da instituição um encaminhamento para o Posto de Saúde mais próximo, a fim de realizar um exame de corpo de delito na criança;
- (E) denunciar a usuária por negligência à Delegacia, solicitando sua imediata prisão e a colocação da criança sob os cuidados de sua tia.

54

Usuário de 44 anos compareceu ao Serviço Social do programa de tuberculose devido à reincidência de abandono do tratamento.

Em atendimento social, o usuário justificou que o último abandono se deu em razão de ter saído do Município quando faltava um mês para terminar o tratamento. Relatou ainda que já fez uso de cocaína, mas não se considera dependente, pois seu consumo é esporádico (fins de semana). Foi-lhe oferecido encaminhamento para o Caps-AD, mas ele recusou.

Atualmente o usuário possui vínculo empregatício como auxiliar de serviços gerais em uma empresa de paisagismo que presta serviços para a Prefeitura, mas se encontra em situação de rua, pois o emprego é recente e não tem como comprovar rendimentos para alugar um quarto. Disse que a família não o ajudaria, pois os laços já foram rompidos há muito tempo.

Uma vez que se encontra em situação de vulnerabilidade, o assistente social encaminha o usuário para instituição socioassistencial de média complexidade, e solicita o seu abrigo, de modo que obtenha condições mínimas para continuar o tratamento para a tuberculose.

Além do encaminhamento supracitado, o assistente social:

- (A) deveria ter denunciado o usuário à Delegacia de Entorpecentes, uma vez que certamente ainda faz uso de cocaína, o que prejudicará seu retorno ao tratamento;
- (B) teria que notificar a Vigilância Epidemiológica, a fim de que esta determinasse a internação compulsória do usuário em um sanatório para se tratar;
- (C) não poderia ter feito mais nada, pois o usuário certamente evadir-se-ia novamente do tratamento, a partir do momento em que se sentisse ameaçado;
- (D) está eticamente obrigado a informar ao empregador que o usuário abandonou o tratamento para a tuberculose, o que coloca os outros empregados em risco;
- (E) procedeu corretamente, pois apresentou e discutiu as possibilidades da situação e indicou os serviços disponíveis, respeitando a autonomia do usuário em suas decisões.

55

Uma assistente social, funcionária da Secretaria de Habitação, é requisitada a emitir um parecer sobre a remoção de determinada população para outro local, onde serão construídas novas moradias. A assistente social procura então obter e analisar dados referentes às condições econômicas, políticas, sociais e culturais dessa população a fim de subsidiar o seu parecer. Essa conduta denota que a assistente social:

- (A) realiza um estudo social para conhecer a população que será atingida e assim exarar seu parecer;
- (B) poderia dispensar a coleta de tantos dados para construir um parecer técnico;
- (C) deveria basear-se fundamentalmente no sentimento da população local sobre a remoção;
- (D) desconhece os procedimentos necessários à confecção de um parecer social;
- (E) demonstra subalternidade, porque tal parecer não faz parte das atribuições de um assistente social.

56

Em uma instituição hospitalar, uma senhora procurou o Plantão do Serviço Social, apresentando-se como vizinha de uma idosa internada. Relatou que a idosa estava sendo negligenciada pela sobrinha, que era sua procuradora, mas não repassava para a tia o equivalente necessário para que ela pudesse alimentar-se, comprar remédios e vestir-se.

O assistente social procurou saber o motivo da internação da idosa, descobrindo que ela havia sido internada devido a desnutrição e desidratação.

Na entrevista a idosa relatou que possui uma aposentadoria bastante substancial. Entretanto, a sobrinha é seu único parente vivo, e ela teme ficar sozinha. Assim, submete-se a receber somente aquilo que sua sobrinha lhe dá, embora ciente de que a quantia é menor do que sua aposentadoria.

O assistente social requisitou a presença da sobrinha da idosa por três vezes, não obtendo nenhuma resposta.

Dessa forma, a conduta do assistente social, levando em consideração o Estatuto do Idoso, deve ser:

- (A) convocar uma reunião com equipe multiprofissional para discutir os possíveis encaminhamentos;
- (B) proceder a uma visita domiciliar à residência da sobrinha sem avisar previamente;
- (C) solicitar uma junta para avaliar se a situação da idosa a colocava em risco de morte iminente;
- (D) comunicar ao Ministério Público a situação de abandono material por parte da sobrinha;
- (E) fazer uma denúncia contra a sobrinha da idosa na delegacia mais próxima à residência desta.

57

Em uma empresa pública, a assistente social atendeu um funcionário tido por seus superiores como uma liderança sindical.

Em seguida, a chefia do setor convocou a assistente social e solicitou-lhe que reproduzisse o teor do atendimento.

A conduta da assistente social, tendo em vista o Código de Ética e o Projeto Ético-Político do Serviço Social, deve ser:

- (A) constituir um dossiê relatando o atendimento realizado com o funcionário e a solicitação da chefia do setor, enviando-o ao CFESS a fim de justificar sua conduta;
- (B) escrever um relatório para a chefia relatando o que foi discutido com o funcionário, pois em uma empresa pública não há lugar para situações individuais;
- (C) enviar ofício ao CRESS da sua região, solicitando permissão para relatar aos seus superiores o teor do atendimento realizado;
- (D) recusar-se a fornecer a informação pedida, pois o que é discutido e relatado em um atendimento está resguardado pelo sigilo;
- (E) relatar fielmente aos seus superiores o que foi dito durante o atendimento, pois a empresa deve ser resguardada em primeiro lugar.

58

O debate sobre o Projeto Ético-Político do Serviço Social, embora recente (década de 90), tem suas bases colocadas durante a transição da década de 70 para 80 do século passado. Isso porque foi nesse período histórico que se deu, segundo Netto (2006), a primeira condição para a construção de um novo projeto profissional, qual seja:

- (A) o debate sobre a metodologia do Serviço Social;
- (B) a recusa e a crítica ao conservadorismo profissional;
- (C) o embate do Serviço Social com a Ditadura brasileira;
- (D) a aceitação do ecletismo durante o Congresso da Virada;
- (E) a emergência de uma epistemologia própria do Serviço Social.

59

Ao final dos anos 1990, o Projeto Ético-Político do Serviço Social (PEP) era hegemônico no interior do Serviço Social. Um dos vetores que concorreram para isso foi o fato de que "(...) este projeto profissional vinculou-se a um projeto societário que, antagônico ao das classes proprietárias e exploradoras, tem raízes efetivas na vida social." (Netto, 2006: 157). A consolidação do PEP, portanto, se dá por duas razões principais:

- (A) o reconhecimento do Serviço Social como ciência pelos órgãos de fomento à pesquisa; a expansão dos cursos de pós-graduação nas universidades públicas;
- (B) a promulgação de uma nova Constituição Federal do Brasil; a realização do Consenso de Washington;
- (C) a continuidade do processo de renovação do Serviço Social nos meios profissionais; a organização e resistência da classe trabalhadora e dos movimentos sociais;
- (D) o protagonismo das entidades do Serviço Social junto à constituição da Seguridade Social; o Estatuto da Criança e do Adolescente;
- (E) a expansão dos cursos de graduação em Serviço Social em todo o território nacional; o aumento da Extensão Universitária.

60

No âmbito do Serviço de Proteção e Atendimento Integrado à Família (PAIF), o trabalho social com famílias constitui-se em:

- (A) um acesso à empregabilidade;
- (B) uma exclusividade do assistente social;
- (C) um processo de expansão de direitos;
- (D) uma ocupação que demanda a reunião de várias profissões;
- (E) uma prática profissional apoiada em saber científico.

61

A Política Nacional de Assistência Social (PNAS), ao ressaltar a centralidade da família, o faz a partir do entendimento de que a família:

- (A) é o espaço privilegiado e insubstituível de proteção e socialização primárias;
- (B) constitui-se na primeira e principal célula da sociedade capitalista;
- (C) possibilita às crianças o exemplo necessário para a atuação na sociedade;
- (D) deve ser resguardada, pois dela derivam todos os vícios e também todos os bons exemplos;
- (E) necessita de proteção especial, pois sozinha não consegue cumprir sua função.

62

No Judiciário, o assistente social é um dos profissionais chamados a atuar em processos de mediação de conflitos, sendo a área de família uma das que mais requisita sua presença. Nesta e em outras questões, o papel do assistente social como mediador é importante por ser ele um profissional que:

- (A) opera na solução das situações apresentadas, a partir do estudo de cada caso, planejando sua intervenção e resolução com o mínimo de sofrimento;
- (B) possui conhecimentos teóricos e éticos que o capacita para compreender as situações apresentadas tanto do ponto de vista micro quanto macrossocial, inter-relacionando-os;
- (C) é dotado de sensibilidade para o acolhimento, podendo suavizar as situações-limite, distensionando as relações, a fim de que se chegue a um acordo com o mínimo de conflito;
- (D) se interessa pela garantia de que as crises pessoais devem ser resolvidas no âmbito particular, e para isso às vezes é necessária uma terceira pessoa;
- (E) carrega um arsenal de técnicas diversificadas que podem ser utilizadas em várias situações, a fim de promover o diálogo e o entendimento.

63

Na História do Serviço Social a atitude investigativa está presente desde muito cedo. Entretanto, um maior impulso no que diz respeito à sistematicidade da pesquisa e à produção de conhecimento adveio somente a partir dos anos 80/90, com a expansão da pós-graduação na profissão, provocando a maturidade profissional do Serviço Social (Netto, 1996). O processo de produção de conhecimentos, no Serviço Social, possui um grande potencial de:

- (A) intervir na realidade analisada;
- (B) testar metodologias interventivas de políticas sociais;
- (C) produzir teorias de Serviço Social;
- (D) experimentar novas técnicas específicas;
- (E) controlar os usuários dos serviços sociais.

64

As Agências Reguladoras na área da saúde foram criadas para reforçar o que está constitucionalmente previsto, ou seja, a Saúde é direito de todos e dever do Estado, e suas ações e serviços são de relevância pública. No que diz respeito à Agência Nacional de Saúde (ANS), há uma contradição, pois as ações legalmente atribuídas a essa Agência não traduzem esta intencionalidade constitucional para o setor de saúde, na medida em que se encontra sob a jurisdição e responsabilidade da ANS:

- (A) a vigilância sanitária;
- (B) o controle do SUS;
- (C) a implementação das Normas Operacionais Básicas (NOB-SUS);
- (D) o desenvolvimento da Estratégia Saúde da Família (ESF);
- (E) a supervisão da assistência suplementar.

65

Um casal, prestes a se separar, está em conflito sobre a melhor maneira de dividir a responsabilidade sobre os filhos, de 2, 5 e 7 anos. Eles aceitam a ajuda de um profissional para a resolução do conflito, que, após ouvir as partes, sugere aos pais compartilharem a guarda das crianças, uma vez que ambos residem no mesmo bairro e as atividades dos filhos não seriam prejudicadas.

Esse profissional está agindo como:

- (A) assessor;
- (B) conciliador;
- (C) promotor;
- (D) consultor;
- (E) mediador.

66

Empreender uma pesquisa implica uma série de procedimentos por parte do pesquisador, a fim de orientar seu planejamento e execução. Um destes procedimentos é a escolha do referencial teórico que irá nortear a investigação.

No Serviço Social, o profissional que desejar realizar uma pesquisa a partir dos referenciais postos no Projeto Ético-Político deverá procurar sua fundamentação teórica:

- (A) no funcionalismo;
- (B) na teoria sistêmica;
- (C) no marxismo;
- (D) no estruturalismo;
- (E) na fenomenologia.

67

As políticas sociais assumem grande relevância no século XX, com sua expansão crescente em termos de direitos para a classe trabalhadora. Nesse sentido, para Boschetti (2009), qualquer avaliação de políticas, programas ou projetos sociais pelo assistente social deve:

- (A) partir de uma equipe multiprofissional apta a verificar cada ângulo da política a ser implementada;
- (B) processar informações primárias coletadas nos movimentos sociais e organizações dos trabalhadores;
- (C) contar com um arsenal de técnicas e instrumentos que possibilitem aferir a eficácia das políticas;
- (D) manter um conjunto de dados cujos vetores indiquem tendências de efetividade das políticas;
- (E) priorizar a identificação da concepção de Estado e de política social que lhe dá substrato.

68

De acordo com Montañó (1999), a passagem da “lógica do Estado” para a “lógica da sociedade civil” evidencia um novo trato à “questão social”, que se caracteriza pela coexistência de três tipos de respostas:

- (A) incentivo à organização dos trabalhadores, expansão da proteção social e controle social efetivo das políticas sociais estatais;
- (B) refilantropização das respostas à questão social, precarização das políticas sociais estatais e remercantilização dos serviços sociais;
- (C) universalização das políticas sociais, aumento das políticas de transferência de renda e incremento da participação popular na efetivação das políticas sociais;
- (D) expansão dos direitos trabalhistas, reforma sindical em favor dos trabalhadores e realização de Conferências Nacionais de Saúde e Assistência Social;
- (E) privilegiamento das problemáticas sociais das populações pobres, redução de impostos compulsórios e aumento do crédito para as camadas vulnerabilizadas.

69

A crise capitalista dos últimos 30 anos, somada à reestruturação produtiva, tem como resultado a exponenciação da “questão social” e o aumento da pobreza. Uma das consequências, para o Serviço Social, do deslocamento da atenção à pobreza da esfera pública dos direitos para a dimensão privada do dever moral, é:

- (A) a ampliação de políticas de qualificação profissional;
- (B) a criação de novos postos de emprego;
- (C) o aprofundamento do traço histórico assistencialista;
- (D) chamar a atenção para as camadas subalternas;
- (E) produzir cursos para os segmentos vulnerabilizados.

70

A conjuntura atual traz requisições profissionais para o assistente social que se materializam em novas atribuições ou em atribuições antigas redefinidas. Na área da saúde do trabalhador, várias demandas surgiram a partir da descentralização das políticas públicas e hoje estão absorvidas como transversais ao trabalho profissional e previstas na Lei de Regulamentação da Profissão e nas Diretrizes Curriculares. São algumas delas:

- (A) palestras, aulas e mediação de conflitos;
- (B) diagnóstico social e planejamento de políticas de saúde;
- (C) estabelecimento de critérios e educação popular;
- (D) gestão, assessoria e pesquisa;
- (E) avaliação, estudo social e parecer jurídico.

Redação

Ao pensar no que faz um assistente social, qual a primeira ideia que lhe passa pela cabeça? Se você pensou em ajuda, saiba que esta é uma visão errada para esta profissão, que busca acima de tudo garantir e proteger os direitos da população. A começar pelo papel da profissão, que não é compreendido corretamente pela sociedade, há muitas dificuldades e lutas pelas quais o Assistente Social passa.

Exponha seu parecer sobre o pequeno texto apresentado acima, em texto de no mínimo 20 e no máximo 30 linhas, em língua culta, dando especial atenção à estrutura do texto e aos argumentos apresentados na defesa de sua posição.

01	
02	
03	
04	
05	
06	
07	
08	
09	
10	
11	
12	
13	
14	
15	
16	
17	
18	
19	
20	
21	
22	
23	
24	
25	
26	
27	
28	
29	
30	

Realização

